Mineração Disputa por posto

Sucessão tumultuada faz Vale perder R\$ 48,3 bilhões em valor de mercado

CRISTIANE BARBIERI Luiz Guilherme Gerbelli

A mineradora Vale já perdeu R\$ 48.3 bilhões em valor de mercado desde o início deste ano. A companhia enfrenta um processo confuso de troca de presidência, que contou com uma tentativa do governo Lula de emplacar o ex-ministro Guido Mantega no comando da empresa. A estimativa das perdas é de Einar Rivero, sócio-fundador da Elos Ayta Consultoria.

Na sexta-feira, o Conselho de Administração da Vale decidiu renovar o contrato de seu CEO, Eduardo Bartolomeo, até 31 de dezembro de 2024. O mandato dele se encerraria em maio. Ficou acertado que a companhia vai contratar uma empresa de recursos humanos para elaborar uma lista tríplice com indicações de possíveis sucessores. Segundo uma pessoa próxima aos conselheiros, há um temor de que esse processo seja um jogo de "cartas marcadas"

Essa insinuação, vinda de alguém próximo ao Conselho, sugere que há dúvidas sobre a legitimidade do processo de escolha de um novo presidente. A desconfiança, segundo ela, deriva do fato de que há muitos episódios em que o headhunter faz uma articulação dos nomes e dá um referendo decnico à escolha, que já estaria previamente decidida.

A Vale informou na sexta-fei-

ra que vai contratar os serviços de uma empresa de "padrão internacional" para selecionar o novo presidente.

O governo Lula - representado no Conselho de Administragão pela Previ, o fundo de empregados do Banco do Brasil, dono de 8,7% do capital da Vale-tem pressionado para a troca no comando da mineradora.

PERDA DE VALOR. No fim do ano passado, o valor de mercado da Vale era de R\$ 332,1 bilhões. Na última sexta-feira, valia R\$ 283,8 bilhões.



Sede da Vale, no Rio de Janeiro: sucessão tumultuada derruba ações

Desconfiança Surgiram agora temores de que a escolha do CEO por um headhunter vire jogo de 'cartas marcadas'

No início do ano, o governo tentou emplacar o ex-ministro Guido Mantega na presidência da empresa e no seu Conselho de Administração. Mantega foi ministro da Fazenda entre 2006 e 2014. A tentativa de interferência provocou uma divisão entre o sa cionistas da companhia, que se materializou no Conselho de Administração.

A saída de Bartolomeo do cargo era defendida pela Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, por meio do qual o governo exerce a sua influência na empresa.

Se, por um lado, a decisão que culminou com a saída de

PACIONISTAS DA VALE

Participação na mineradora*

8,71%

MTSURCO 6,31%

BLACKROCK INC 5,83%

AÇÜES EM TESULRARIA 73,88%

5,27%

Bartolomeo atende ao pleito do governo de remover o executivo, de outro, adia a decisão sobre quem deverá substituílo para o fim do ano, quando a lista tríplice será avaliada.

FONTE: VALE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Em entrevista à RedeTV, no final de fevereiro, o presidente Lula disse que a "Vale não pode pensar que é dona do Brasil" e que a empresa precisa estar de acordo com o entendimento de desenvolvimento do governo, o que reforçou a ideia de que Lula deseja interferir na companhia.

Nas últimas semanas, alguns nomes surgiram como cotados para ocupar a presidência da Vale, como o presidente da Suzano, Walter Schalka, o ex-presidente da Cielo e do Banco do Brasil Paulo Caffarelli, e o ex-presidente da Vale Murilo Ferreira.

AÇÕES 'REBAIXADAS'. A tumultuada sucessão na Vale levou o BTG Pactual a rebaixar a recomendação de compra das ações da empresa para "neutra". Neste ano, as ações da mi-

neradora já caíram 14,49%.

Num relatório publicado na última terça-feira, os analistas do BTG afirmaram que o rebaixamento se justifica, uma vez que a Vale vem enfrentando um intenso ruído, que se intensificou em meio às discussões sobre o seu próximo CEO, além das notícias em torno da Samarco/Renova, com a empresa reconhecendo mais provisões (de US\$ 3 bilhões para até US\$4,2 bilhões) para cobertura de danos do desastre de Mariana, em 2015. Uma resolução final ainda pode levar meses, segundo o banco.

Outro ponto mencionado foi a série de interrupções operacionais no Estado do Pará (Sossego e Onça Puma), que embora já revertidas, indicam a "animosidade" das autoridades locais em relação à empresa.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado havia suspendido as licenças das duas minas na semana passada. Na ocasião, a companhia reiterou seu compromisso de manter diálogo com as autoridades competentes. "A Vale tem sido submetida a um alto grau de ruído e pressão política ultimamente, o que acreditamos ser injusto e claramente excessivo", avaliam os analistas.

"Por fim, talvez mais importante, há uma clara divisão entre os membros do Conselho sobre a direção futura da empresa, o que acreditamos ser preocupante para uma empresa com tantos desafios pela frente."

Tributação E-commerce

Estados devem aumentar o ICMS das varejistas estrangeiras para 25%

BIANCA LIMA BRASÍLIA

Os Estados devem aumentar de 17% para 25% a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre as compras feitas nos sites de varejistas internacionais. Interlocutores ouvidos pelo Estadão afirmam que há "um clima

muito favorável" para essa elevação entre os secretários estaduais de Fazenda, que vêm se surpreendendo com essa nova fonte de arrecadação.

Ataxação de 17% foi anunciada em junho de 2023, em meio à criação do programa Remessa Conforme, do governo federal, que busca combater a sonegação de tributos nas transações de e-commerces estrangeiros. Fontes da equipe econômica apontam que os governadores têm recolhido mais de R\$ 160 milhões por mês sobre essas transações. "(Os Estados) Estão felizes, nunca tinham recebido essa receita", diz un técnico ouvido pela reportagem.

O tema poderá ser debatido na próxima quarta-feira, em reunião presencial do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), em Brasília. A pauta oficial do encontro é a regulamentação da reforma tributária, mas nada impede que outros assuntos sejam abordados. No mais
tardar, o assunto será debatido na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), marcada
para 12 de abril, em Fortaleza.

UNIFORMIDADE. A avaliação de fontes ligadas aos Estados é de que o debate deveria ser iniciado já na próxima semana, uma vez que a mudança dependerá do aval das 27 assembleias legislativas. Isso porque a uniformidade na alíquota é um prequisito para a cobrança que é realizada pelos Correios.

Caso seja aprovada pelos de-

putados estaduais, a nova taxação passará a valer a partir de 2025, já que o ICMS segue a regra da anterioridade anual. Ou seja, a majoração do tributo só pode ter efeito a partir do exercício seguinte.

Na pauta Alta do ICMS, que hoje tem alíquota de 17%, deve ser debatida em reunião de secretários nesta semana

O impacto da eventual mudança será sentido pelos consumidores que fazem uso de plataformas como Shein, Shopee e AliExpress. ●

